

Handwritten signatures and initials in blue ink.

ORÇAMENTO PARA 2024

IDENTIFICAÇÃO E DESCRIÇÃO DAS RESPONSABILIDADES CONTINGENTES

(alínea a) do n° 1 do artigo 46° da Lei n° 73/2013, de 03.09)

Responsabilidades contingentes representam condições cujo resultado final favorável ou desfavorável, depende de acontecimentos futuros incertos.

1. Dívida à sociedade "Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S.A." (ATMAD) referente aos consumos mínimos faturados ao Município nos anos de 2011, 2013 e 2014, e que não foi reconhecida pelo Município.

Estão em curso os seguintes processos judiciais sobre esta dívida, interpostos pela ATMAD e pela "Águas do Norte, S.A.", desconhecendo-se nesta data o sentido provável das respetivas decisões:


a) Processo n°305/13.0BEVIS - Ação administrativa comum - Forma ordinária

Autor: Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S.A.

Pedido: Condenação do Município ao pagamento dos consumos mínimos de 2011.

Estado: Foi designado o dia 01.02.2024 para realização da audiência final.

Valor: 291 966,61€



**b) Processo n° 21/15.9BEMDL-Ação administrativa comum -
Forma ordinária**

Autor: Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S.A.

Pedido: Condenação do Município ao pagamento dos consumos mínimos de 2013, acrescido de juros de mora.

Estado: Audiência de julgamento agendada para o dia 19.03.2024.

Valor: 382.867,18 €

**c) Processo n° 437/15.0BEMDL - Ação Administrativa Comum
- Forma ordinária**

Autor: Águas do Norte, S.A.

Pedido: Condenação do Município ao pagamento dos consumos mínimos de 2014.

Estado: Audiência de julgamento, final, agendada para o dia 10.10.2023. Apresentadas alegações finais. Aguarda-se decisão final.

Valor: 374 916,52 €

2. Processo n° 1083/19.5T8LMG - Ação popular

Autor: Joaquim Teixeira Borges

Réu: Município de Tarouca e outros

Objeto: Pedido de condenação de todos os réus a reconhecer que o caminho, conhecido como caminho da Macieirinha, que estabelece a ligação entre Arguedeira e Gondomar e outros locais daquela freguesia, é um caminho público e ao



pagamento de uma indemnização solidariamente de € 1 000,00.

Estado: Determinada a peritagem ao local, através de perito a designar pelo tribunal, o que se aguarda.

A audiência do julgamento agendada para 17.05.2023, aguardando-se a marcação de nova data.

Valor: € 8 000,00.

3. Processo nº 348/23.6BEVIS - Ação Administrativa

Autor: Luzboa- Comercialização de Energia, Lda

Réu: Município de Tarouca

Objeto: Pedido de condenação do Réu a pagar à Autora o montante total de € 388.892,18, por incumprimento contratual, correspondente ao preço dos bens e serviços fornecidos, acrescido dos juros vencidos e vincendos.

Estado: Aguarda-se decisão final. O Município não contestou o pedido, uma vez que a dívida está reconhecida e já parcialmente paga.

Valor: 421.323,93 €

4. Processo nº 515/23.2BEVIS-Processo de contencioso pré-contratual

Autor: Oz Energia Gás, S.A.

Réu: Município de Tarouca

Contrainteressados: Repsol Gás Portugal, Unipessoal, Limitada



Objeto: Pedido de declaração da nulidade ou anulação do ato de adjudicação de 24.08.2023, da autoria da Câmara Municipal, a favor da proposta da contrainteressada relativamente ao lote 2, no concurso público aberto para adjudicação do fornecimento de gás a granel para os edifícios municipais do concelho de Tarouca.

Valor: € 91 901,81

Estado: Apresentada contestação.

Paços do Município, 30 / 11 / 2023

13 / 12 / 2023

A Câmara Municipal,

A Mesa da Assembleia Municipal,

